



Aqui o desenvolvimento acontece.

Adm: 2013/2016

LEI Nº 853/2016

PUBLICAÇÃO

Certifico para todos os fins
que o documento presente foi
deixado no Placard da Prefeitura
no dia 06 / 12 / 2016

“Altera a Lei n. 846/2016, de 07 de junho de 2016 e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA, Estado de Goiás, **APROVA** e o **PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei municipal n. 846/2016, de 07 de junho de 2015, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 20-A - Art. 21. Caso as despesas com pessoal ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000, a Administração Pública Municipal adotará as medidas pertinentes para reduzi-las conforme ao estabelecido na Constituição Federal bem como na referida Lei Complementar.”

Art. 39-A – O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 e em créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgão e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura de suas competências ou atribuições, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 2º, desta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidade de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo Único – A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 39-B. O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante lei específica autorizativa poderão, em 2017, criar cargos e funções, alterar a



estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observando os limites e as regras da Constituição Federal e Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art.39-C. Fica autorizado por esta Lei realizar concursos públicos para admissão de novos funcionários.

Parágrafo único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária anual para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 3º - Fica por força da presente Lei o Poder Executivo autorizado fazer a consolidação desta Lei com a Lei municipal n. 846/2016, de 07 de junho de 2016.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE

GABINETE DO PRESIDENTE DO PREFEITO MUNICIPAL DE EDÉIA,
Estado de Goiás, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de novembro de 2016.


ELSON TAVARES DE FREITAS
Prefeito Municipal